

BALANÇO PATRIMONIAL 2019

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA • SICOOB CREDIRIODOCE

DATA DA CONSTITUIÇÃO: 24 de Outubro de 1988
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: 16 de maio de 1989
AUTORIZAÇÃO BACEN: 44.9437/88

REGISTRO NA JUCEMG: 3140003690 de 13 de Fevereiro de 1989
CNPJ.: 25.606.237/0001-41

REGISTRO NA OCEMG/OCB: 697 de 11 de Setembro de 1989
DATA DE AUTORIZAÇÃO DA LIVRE ADMISSÃO: 23 de Novembro de 2005



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2019 da Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda. - SICOOB CREDIRIODOCE na forma da Legislação em vigor.

1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 2019 o SICOOB CREDIRIODOCE completou 30 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos, captação de depósitos e prestação de serviços.

2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2019, o SICOOB CREDIRIODOCE obteve um resultado de R\$ 1.890.126,19 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 3,64%.

3. ATIVOS

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 133.869.183,67. Por sua vez a carteira de crédito representava R\$ 168.524.087,35.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira	Valor (R\$)	Porcentagem
Carteira Rural	R\$ 39.228.489,57	23,28%
Carteira Comercial	R\$ 129.295.597,78	76,72%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 27,03% da carteira, no montante de R\$ 45.545.143,03.

4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de R\$ 211.450.506,70, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 8,19%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósito	Valor (R\$)	Porcentagem
Depósitos à Vista	R\$ 71.969.908,70	34,04%
Depósitos a Prazo	R\$ 125.876.103,56	59,53%
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	R\$ 13.604.494,44	6,43%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 17,08% da captação, no montante de R\$ 36.118.750,08.

5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIRIODOCE era de R\$47.069.311,85. O quadro de associados era composto por 19.202 cooperados, havendo um acréscimo de 1,80% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIRIODOCE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 81,64% nos níveis de "A" a "C".

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados representados pelos delegados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. CONSELHO FISCAL

Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIRIODOCE aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB CREDIRIODOCE registrou 68 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Das 68 reclamações, 37 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCOOP

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.

Governador Valadares (MG), 24 de janeiro de 2020.

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA. - SICOOB CREDIRIODOCE

Cantídio Carlos França Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

Fernando Luiz Monteiro
Conselheiro de Administração

José Geraldo Pedra Sá
Conselheiro de Administração

Euler Fernandes Júnior
Diretor Administrativo-Operacional

Silas Dias Costa Júnior
Diretor de Negócios

Décio Chaves Rodrigues
Vice Presidente do Conselho de Administração

Geraldo Antônio Birro Costa
Conselheiro de Administração

Paulo Roberto Fontes
Conselheiro de Administração

Kelen Mendes Vória
Diretora de Gestão de Riscos

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM REAIS

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018 Reclassificado
Circulante		211.784.531,43	217.214.893,62
Disponibilidades		2.823.857,06	2.133.560,27
Relações Interfinanceiras	5	133.869.183,67	139.679.086,11
Centralização Financeira - Cooperativas		133.869.183,67	139.679.086,11
Operações de Crédito	6	68.877.808,37	68.394.918,75
Operações de Crédito		78.083.150,76	75.119.838,21
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(9.205.342,39)	(6.724.919,46)
Outros Créditos	7	1.466.488,71	2.100.606,49
Créditos por Avais e Fianças Honrados		582.771,83	425.839,50
Rendas a Receber		556.020,52	764.160,53
Diversos		745.695,84	1.178.050,93
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(417.999,48)	(267.444,47)
Outros Valores e Bens	8	4.747.193,62	4.906.722,00
Outros Valores e Bens		4.655.465,20	4.854.308,56
(Provisões para Desvalorizações)		(184.648,07)	(175.800,00)
Despesas Antecipadas		276.376,49	228.213,44
Realizável a Longo Prazo		85.722.971,88	67.630.703,28
Operações de Crédito	6	82.927.031,95	65.323.396,75
Operações de Crédito		90.440.936,59	69.380.550,24
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(7.513.904,64)	(4.057.153,49)
Outros Créditos	7	2.795.939,93	2.307.306,53
Diversos		2.795.939,93	2.307.306,53
Permanente		14.772.967,46	13.977.588,43
Investimentos	9	8.933.509,87	8.415.735,20
Participações em Cooperativas		8.924.768,87	8.270.100,71
Outros Investimentos		8.741,00	145.634,49
Imobilizado de Uso	10	5.839.457,59	5.561.853,23
Imóveis de Uso		1.874.473,39	1.860.973,46
Outras Imobilizações de Uso		9.952.542,37	9.218.665,21
(Depreciações Acumuladas)		(5.987.558,17)	(5.517.785,44)
TOTAL DO ATIVO		312.280.470,77	298.823.185,33

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

EM REAIS

PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018 Reclassificado
Circulante		225.308.447,38	224.783.456,41
Depósitos	11	197.846.012,26	195.435.474,78
Depósitos à Vista		71.969.908,70	61.518.849,12
Depósitos a Prazo		125.876.103,56	133.916.625,66
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11a	2.273.970,14	173.272,83
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares		2.273.970,14	173.272,83
Relações Interfinanceiras	12	14.969.006,21	21.476.396,06
Repasse Interfinanceiros		14.968.608,88	21.475.933,01
Correspondentes		397,33	463,05
Relações Interdependências	13	3.037.906,42	795.738,56
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.037.906,42	795.738,56
Outras Obrigações	14	7.181.552,35	6.902.574,18
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		110.518,36	52.389,63
Sociais e Estatutárias		2.621.408,56	2.454.412,15

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maiores Devedores	6.109.372,51	4,00%	5.902.178,53	4,00%
10 Maiores Devedores	34.235.995,58	20,00%	36.181.576,45	25,00%
50 Maiores Devedores	60.829.168,51	36,00%	60.924.389,04	42,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	12.458.468,66	10.113.841,42
Valor das operações transferidas no período	3.167.262,47	3.908.965,70
Valor das operações recuperadas no período	(694.189,10)	(1.166.980,36)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(296.393,09)	(397.358,10)
Total	14.635.148,94	12.458.468,66

h) Receitas de Operações de Crédito:

Operações de Crédito	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a depositantes	253.876,14	202.268,19
Rendas de Empréstimos	18.451.113,34	20.817.433,91
Rendas de Títulos Descontados	1.812.671,51	1.528.744,87
Rendas de Financiamentos	2.928.081,15	1.392.643,98
Rendas de Financiamentos Rurais	2.579.989,07	3.195.747,34
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	831.512,85	1.175.308,66
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	42.150,39	4.377,93
Total de Operações de Crédito	26.899.394,45	28.316.524,88

7. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados	582.771,83	425.839,50
Rendas a Receber (a)	556.020,52	764.160,53
Devedores por Depósito e Garantia (b)	2.795.939,93	2.736.490,55
Títulos e Créditos a Receber (c)	339.754,13	315.517,11
Devedores Diversos (d)	405.941,71	433.349,80
(-) Provisão para Outros Créditos (e)	(417.999,48)	(267.444,47)
Total	4.262.428,64	4.407.913,02

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$ 507.250,93) e outras (R\$ 48.769,59);

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Recursos Fiscais (R\$ 40.844,93), PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 22.473,96), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 1.477.341,68), PIS sobre Folha de Pagamento (R\$ 926.708,37), Recursos Trabalhistas (R\$ 319.025,63) e outros (R\$ 9.545,36);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$ 339.754,13);

(d) Em Devedores Diversos estão registrados os adiantamentos para despesas diversas (R\$ 29.376,45), impostos e contribuições a compensar (R\$ 25.769,93), plano de saúde a receber (R\$ 245.460,30), diferenças de compensação a receber do BANCOOB (R\$ 21.334,64), recuperação de perdas (R\$ 59.598,00) e outros (R\$ 24.402,39);

(e) A Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E 30%	187.710,82	187.710,82	(56.313,26)	172.859,00	(51.857,70)
F 50%	45.803,29	45.803,29	(22.901,70)	36.625,14	(18.312,60)
G 70%	34.910,65	34.910,65	(24.437,45)	63.603,98	(44.522,79)
H 100%	314.347,07	314.347,07	(314.347,07)	152.751,38	(152.751,38)
Total Geral	582.771,83	582.771,83	(417.999,48)	425.839,50	(267.444,47)
Provisões	(417.999,48)	(417.999,48)		(267.444,47)	
Total Líquido	164.772,35	164.772,35		158.395,03	

8. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens não de uso próprio (a)	4.637.731,87	4.834.649,94
Material em Estoque	17.733,33	19.658,62
(Provisões para Desvalorizações) (b)	(184.648,07)	(175.800,00)
Despesas antecipadas (c)	276.376,49	228.213,44
TOTAL	4.747.193,62	4.906.722,00

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 4.637.731,87, referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 276.376,49, referentes a prêmios de seguros, processamento de dados, contribuição confederativa e cooperativista, contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV, IPTU e IPVA.

9. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito (a)	8.787.875,38	8.270.100,71
Participações instituição financeira controlada cooperativa de crédito (b)	136.893,49	136.893,49
Outros Investimentos	8.741,00	8.741,00
TOTAL	8.933.509,87	8.415.735,20

a) Refere-se a contas de capital do Sicoob Central Crediminas;

b) Refere-se a ações nominativas do Bancoob.

10. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizações em Curso	(*)	1.392.749,56	1.407.906,36
Terrenos	-	273.736,96	273.736,96
Edificações	4%	1.600.736,43	1.587.236,50
Móveis e Equipamentos	10%	4.560.288,13	4.362.551,11
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.893.086,12	2.462.888,56
Sistemas de Comunicação	10%	288.316,00	241.416,40
Sistema de Transportes	20%	261.068,09	261.068,09
Sistema de Segurança	10%	557.034,47	482.834,69
TOTAL		11.827.015,76	11.079.638,67
Depreciação acumulada		(5.987.558,17)	(5.517.785,44)

TOTAL	5.839.457,59	5.561.853,23
-------	--------------	--------------

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	71.969.908,70	61.518.849,12
Depósito Sob Aviso	812.845,99	828.446,04
Depósito a Prazo	125.063.257,57	133.088.179,62
Total	197.846.012,26	195.435.474,78

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maiores Depositante	6.696.035,95	3,00%	20.017.060,11	10,00%
10 Maiores Depositantes	24.844.720,69	12,00%	37.397.849,31	19,00%
50 Maiores Depositantes	55.226.880,45	28,00%	63.000.180,94	32,00%

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	46.018,14	52.219,14
Despesas de Depósitos a Prazo	7.572.517,07	8.006.243,07
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	350.505,06	142.597,68
Disp. Contribuição ao Fundo Garantidor	311.117,01	284.680,35
Total Despesas com Captação no Mercado	8.280.157,28	8.485.740,24

a) Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	13.604.494,44	5.128.586,52

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos e com prazos de vencimentos conforme resolução CMN nº 4410/2015.

12. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
BANCOOB	De 1% até 8,5% a.a.	28/12/2021	35.826.329,70	35.452.388,54
Sicoob Central Crediminas	-	-	-	243.185,90
Total			35.826.329,70	35.695.574,44

Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	31/12/2019	31/12/2018
Cooperativa Central	(14.619,36)	(15.293,58)
Bancoob	(2.282.506,43)	(2.573.450,63)
Total	(2.297.125,79)	(2.588.744,21)

13. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento (a)	2.872.553,00	628.800,00
Concessionários de Serviços Públicos	139.680,97	140.720,06
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	25.672,45	26.218,50
Total	3.037.906,42	795.738,56

(a) Referem-se a ordens de pagamento emitidas aos associados, por solicitação destes, com respectivo débito em conta corrente.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	110.518,36	52.389,63
Sociais e Estatutárias	2.621.408,56	2.454.412,15
Fiscais e Previdenciárias	770.487,86	698.659,25
Diversas	6.461.177,66	6.328.024,35
TOTAL	9.963.592,44	9.533.485,38

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	333.404,74	486.314,47
Cotas de capital a pagar (b)	2.288.003,82	1.925.450,27
Participações nas Sobras (Lucros)	-	3.714,43
Outras obrigações	-	38.932,98
Total	2.621.408,56	2.454.412,15

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do

Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

14.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	227.700,42	162.310,70
Impostos e contribuições a recolher	542.787,44	536.348,55
Total	770.487,86	698.659,25

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cheques administrativos	-	604,71
Despesas de Pessoal	1.371.519,35	1.418.957,46
Outras Despesas Administrativas (a)	686.768,07	525.218,90
Cheques Descontados (b)	218.266,66	41.049,74
Credores Diversos – País (c)	1.114.580,69	1.357.053,88
Provisão para Garantias Prestadas (d)	347.349,61	378.791,74
Provisão para Passivos Contingentes (e)	2.722.693,28	2.606.347,92
Total	6.461.177,66	6.328.024,35

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia e gás (R\$ 30.014,37), aluguéis (R\$ 23.230,83), segurança e vigilância (R\$ 6.887,42), transporte (R\$ 24.961,00), plano de saúde (R\$ 220.262,59), seguro prestamista (R\$ 242.005,97) e outras (R\$ 139.405,89);

(b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2019;

(c) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$ 889.128,91), pendências a regularizar (R\$ 29.475,11), valores a repassar ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS pela prestação de serviços (R\$ 102.910,42) e outros (R\$ 93.066,25);

(d) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco	Coobrigações	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	
AA	164.599,32	-	100.188,61	-	
A	0,5%	11.657.965,80	(58.291,40)	7.327.948,42	(36.640,56)
B	1%	3.749.474,78	(37.494,63)	6.462.576,45	(64.625,34)
C	3%	2.091.051,79	(62.731,68)	1.638.845,47	(49.165,57)
D	10%	584.013,29	(58.401,41)	371.506,33	(37.150,69)
E	30%	89.629,86	(26.888,99)	143.829,35	(43.148,87)
F	50%	44.556,30	(22.278,24)	50.653,24	(25.326,75)
G	70%	6.593,91	(4.615,73)	25.868,69	(18.108,10)
H	100%	76.647,53	(76.647,53)	104.625,86	(104.625,86)
Total	18.464.532,58	(347.349,61)	16.226.042,42	(378.791,74)	

Provisões	Provisões para Garantias 31/12/2019	Provisões para Garantias 31/12/2018
Curto Prazo	288.002,80	294.615,85
Longo Prazo	59.346,81	84.175,88
Total	347.349,61	378.791,73

(e) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	22.473,96	22.473,96	22.083,14	22.083,14
PIS FOLHA	935.468,39	926.708,37	827.951,99	817.269,57
COFINS	1.477.341,68	1.477.341,68	1.428.029,01	1.428.029,01
Trabalhistas	110.827,86	319.025,63	59.612,61	41.376,07
Outras contingências	176.581,39	50.390,29	268.671,17	55.348,07
Total	2.722.693,28	2.795.939,93	2.606.347,92	2.736.490,55

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CREDIRIODOCE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	34.165.969,80	35.174.432,38
Associados	19.202	18.859

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 70%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09 de março de 2019, os cooperados deliberaram pela seguinte destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

a) aumento do capital social no montante de R\$144.289,52

b) crédito em conta corrente R\$795.779,94.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.890.126,19	4.700.347,57
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 70%	(1.323.088,33)	(3.290.243,30)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(189.012,62)	(470.034,76)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	378.025,24	940.069,51

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

17. RESULTADO DE ATOS COM NÃO ASSOCIADO

Descrição	2019	2018
Resultado Bruto de Atos Não Cooperativos	2.464.444,56	1.656.536,72
Resultado Não Operacional	80.549,77	15.830,11
Lucro Líquido antes do IRRF e CSLL	2.544.994,33	1.672.366,83
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.014.211,92)	(698.131,54)
Resultado Líquido de Atos Não Cooperativos e Não Operacionais	1.530.782,41	974.235,29
Resultados atos não cooperativos com associados (Resolução 129 Sicoob Confederação)	(2.102.477,66)	(1.288.479,88)
Resultado Líquido de Atos Não Cooperativos e Não Operacionais	(571.695,25)	(314.244,59)

18. OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	242.496,38	263.796,47
Reversão de Outras Provisões Operacionais	24.000,00	58.895,15
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	479.336,01	132.833,37
Rendas de Repasses Interfinanceiros	37.899,48	30.812,97
Atualização de Depósitos Judiciais	121.274,80	58.484,93
Rendas de Cartões	3.576.436,35	3.650.669,55
Dividendos	39.762,42	33.904,27
Distribuição de Sobras da Central	286.290,62	461.376,26
Juros ao Capital pago pelo Central	298.035,61	392.849,73
Outras Rendas Operacionais	12.518,57	479.025,92
Total	5.118.050,24	5.562.648,62

19. OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	(191.937,19)	(859.681,08)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(723.114,73)	(957.147,23)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(4.454,09)	(5.685,39)
Provisão para Passivos Contingentes	(158.375,92)	(171.585,31)
Passivo Trabalhistas	(106.601,95)	(701.030,50)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(101.428,24)	(43.891,75)
Outras Despesas Operacionais	(104.732,20)	(118.048,81)
Perdas Operacionais Diversas	(820.538,54)	(234.300,67)
Provisão para Garantias Prestadas	(447.893,88)	(197.978,54)
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	-	(5.493,75)
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	-	(2.360,25)
Fundo de Estabilidade e Liquidez	-	(291.623,69)
Outras Contribuições Diversas (FRV)	(125.940,43)	(109.723,01)
Contribuições ao Fundo de Investimento em Tecnologia da Informação	(247.826,33)	(265.900,21)
Total	(3.032.843,50)	(3.964.450,19)

20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucros na Alienação de Valores e Bens	66.725,00	207.133,24
Ganhos de Capital	114.467,64	38.969,71
Rendas de Aluguéis	920,32	-
Outras Rendas Não Operacionais	18.934,00	15.545,90
Total de Receitas Não Operacionais	201.046,96	261.648,85
Perdas de Capital	(37.452,25)	(39.198,97)
Despesas de Provisões Não Operacionais	(8.848,07)	(125.800,00)
Outras	(74.196,87)	(206.619,77)
Total de Despesas Não Operacionais	(120.497,19)	(371.618,74)
Resultado Líquido	80.549,77	(109.969,89)

21. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	6.253.751,50	1,96%	42.401,02
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.177.749,55	0,37%	4.897,69
TOTAL	7.431.501,05	2,33%	47.298,71
Montante das Operações Passivas	5.785.752,01	2,95%	

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	14.118,73	222,38	1%
Conta Garantida	796,98	7,97	0%
Crédito Rural	966.188,50	3.768,68	2%
Empréstimo	1.543.835,77	15.683,71	2%

Financiamento	210.964,91	1.424,08	1%
Títulos Descontados	350.077,31	1750,45	4%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.054.371,05	1,48%	0%
Depósitos a Prazo	461.640,68	0,33%	0,38%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDIRIODOCE.

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,00%
Empréstimos	2,18%
Financiamento	1,19%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	91,51%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho de administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	1,63%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	1,46%
Crédito Rural (modalidades)	0,45%
Aplicações Financeiras	2,95%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária:

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	16.684,26
Crédito Rural	652.966,09
Empréstimo	3.411.109,86
Financiamento	454.896,35
Títulos Descontados	6.639,90

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram R\$191.892,90 (2019) e R\$102.477,37 (2018):

No exercício de 2019, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos no Exercício (R\$)	
Descrição	31/12/2019
Honorários	853.430,92
Gratificações da Diretoria	52.689,05
Conselheiros de Administração	193.457,02
FGTS Diretoria	72.977,22
INSS	251.926,25
Total	1.424.480,46

22. COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA.

O SICOOB CREDIRIODOCE em conjunto com outras cooperativas singulares é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIRIODOCE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	133.869.183,67	139.679.086,11
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	8.787.875,38	8.270.100,71
Passivo circulante e não circulante - Relações interfinanceiras (nota 12)	-	243.185,90

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 28/08/2019, com opinião sem modificação.

23. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2018, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

23.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

23.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

23.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

23.5 Gestão de Continuidade de Negócio

O A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

24. COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 18.464.532,58 (31/12/2018 16.226.042,42), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

25. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. ÍNDICE DE BASILÉIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, em 31/12/2019 o PR estava em conformidade.

27. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	22.473,96	22.473,96	22.083,14	22.083,14
PIS FOLHA	935.468,39	926.708,37	827.951,99	817.269,57
COFINS	1.477.341,68	1.477.341,68	1.428.029,01	1.428.029,01
Trabalhistas	110.827,86	319.025,63	59.612,61	413.760,76
Outras contingências	176.581,39	50.390,29	268.671,17	55.348,07
Total	2.722.693,28	2.795.939,93	2.606.347,92	2.736.490,55

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIRIODOCE, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 4.944.150,01.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2019 totalizaram R\$ 46.587,53.

Governador Valadares (MG), 24 de janeiro de 2020.

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA. - SICOOB CREDIRIODOCE

Cantídio Carlos França Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

Fernando Luiz Monteiro
Conselheiro de Administração

José Geraldo Pedra Sá
Conselheiro de Administração

Euler Fernandes Júnior
Diretor Administrativo-Operacional

Silas Dias Costa Júnior
Diretor de Negócios

Décio Chaves Rodrigues
Vice Presidente do Conselho de Administração

Geraldo Antônio Birro Costa
Conselheiro de Administração

Paulo Roberto Fontes
Conselheiro de Administração

Kelen Mendes Vória
Diretora de Gestão de Riscos

Kênia Geralda Santos Ferreira
Contadora CRC MG 084.721

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados(a) da Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda. - Sicoob Crediriodoce Governador Valadares - Minas Gerais

Prezados(a),

Na honrosa condição de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda – SICOOB CREDIRIODOCE, devidamente inscrita no CNPJ 25.606.237/0001-41, emitimos nosso PARECER em atendimento às premissas estatutárias, sobretudo aquelas contidas nos artigos 55 e 89 de nosso Estatuto Social e assim, em cumprimento fidedigno de nossas funções, analisamos as contas apresentadas pelo Conselho de Administração, em especial, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações das Sobras e Perdas, o Relatório contendo as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e alicerçados pelo conteúdo do RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS apresentado pela auditoria externa realizada pela empresa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado em 28 de janeiro de 2020, ratificamos a opinião dos mesmos, que, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos contábeis relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Crediriodoce em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e assim, concluímos livres de quaisquer vícios pela aprovação das contas quando forem apresentadas na Assembleia Geral Ordinária convocada.

Governador Valadares - MG, 28 de janeiro de 2020.

Gilmar de Oliveira
Coordenador do Conselho Fiscal

Ely Flavio da Silva
Conselheiro Fiscal

Vulmar Sayão de Brito
Conselheiro Fiscal

José Francisco da Costa Junior
Conselheiro Fiscal Suplente

Mário Dias Leão
Conselheiro Fiscal Suplente

Gilberto Dias de Araújo
Conselheiro Fiscal Suplente

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda. - Sicoob Crediriodoce Governador Valadares / MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda. - Sicoob Crediriodoce, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Crediriodoce em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 28 de janeiro de 2020.

Júlio César Toledo de Carvalho
Contador – CRC MG 069.261/O
CNAI 1.953

Elisângela de Cássia Lara
Contadora - CRC MG 086.574/O
CNAI 3.750

